



Comissão de Pregão III

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 267/2023**

**Processo Licitatório nº: 16.255/2023**

**Processo de Recurso nº: 12.063/2024**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 267/2023**

**OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS e MOBILIÁRIOS para atender às necessidades da Estratégia de Saúde da Família de Centenário.**

**RECORRENTE: 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**

**RECORRIDO: PREGOEIRA**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 267/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe foram designados, com base na Portaria nº 665 de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 07 de junho de 2024, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das



Comissão de Pregão III

exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

## II. DOS FATOS

Em síntese, a recorrente alega que restou inabilitada pela Pregoeira sob a alegação que o item não atende especificação solicitada pela unidade requisitante (processador no mínimo Intel Core I5).

## III. DAS CONTRARRAZOES

A empresa recorrida não apresentou suas contrarrazões.

## IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente:

...” Vossa Senhoria reconsidere o *decisium*, de forma a proceder, por via de consequência, à reversão da medida de desclassificação da proposta da Recorrente para o Item 02”.

## V. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos*



Comissão de Pregão III

*da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões recursais são técnicas, tema que foge ao domínio da Pregoeira, o assunto foi submetido à Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação – TI para análise e manifestação, a fim de subsidiar a decisão ante ao recurso interposto.

A Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação, através de seu apoio técnico Sr. Rômulo Cesário Rodrigues, se manifestou no sentido de que *“...oferecendo um notebook com um processado Core I3 de décima segunda geração, um processador mais atual e mais potente e com melhor poder de resposta e processamento de dados. Tendo em vista que irá atender com muito mais eficiência a secretária...”*, conforme despacho, em anexo a esta decisão (fls.13);



Comissão de Pregão III

## VII. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA

Reputando a manifestação da Secretaria Técnica, esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, resta comprovado que assisti razão à recorrente, motivo pelo qual deverá ser alterada a decisão anteriormente proferida, inabilitando a empresa **PORTUGAL EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA** no pregão em comento.

## VIII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pela manifestação da secretaria técnica, em sede de diligência, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 267/2023, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela **INABILITAÇÃO** da empresa **PORTUGAL EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA**, no Pregão em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de junho de 2024.

**FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES**

Pregoeira – Comissão de Pregão III

Matricula: 468.036